



CV INTERILHAS

Relatório de Contas 2020



GRUPO ETE

RELATÓRIO E CONTAS DE 2020

1. EMPRESA E ORGÃOS SOCIAIS
2. ESTRUTURA ACIONISTA
3. ENVOLVENTE EXTERNA
4. FACTOS RELEVANTES
5. DESEMPENHO EMPRESARIAL
 - a. Análise dos resultados
 - b. Rendimentos operacionais
 - c. Gastos operacionais
 - d. Resultado operacional
 - e. Resultado líquido
 - f. Situação financeira
 - g. Operações com partes relacionadas e remunerações dos órgãos sociais e auditores
 - h. Indicadores de desempenho
 - i. Organização e RH's
6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO
7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL/PERSPETIVAS PARA 2020
8. EVENTOS SUBSEQUENTES
9. AGRADECIMENTOS
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
13. PARECER DO FISCAL ÚNICO



1. EMPRESA E ORGÃOS SOCIAIS

A CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A. é uma sociedade anonima de capitais privados constituída a 8 de abril de 2019, com sede no Edifício Bai Center, Cidade da Praia, Ilha de Santiago em Cabo Verde.

A sociedade tem por objeto o transporte marítimo de passageiro e carga e é concessionária do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas até 2039.

Os órgãos Sociais da CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A., têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente

Gonçalo Muller Sousa Andrade Delgado

Administradores

Emanuel Gomes Miranda Gonçalves

Jorge Humberto Pimenta Mauricio

José Eduardo Lopes Spencer

Paulo Jorge da Silva Lopes

Administrador Suplente

Pedro Baptista Esteves Virtuoso

Administrador Delegado

Paulo Jorge da Silva Lopes

Fiscalização

Fiscal Único - Jenny Palmira oliveira Vera-Cruz

Fiscal Único – Suplente –Éder Patrick Cardoso Lisboa



Mesa de Assembleia Geral*Presidente - Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque**Secretário - Dulce Sofia Dupret Fonseca***Comissão Remunerações***Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas**Leida Helena Maurício dos Santos Freire de Andrade**Vitor Hugo Correia Alferes***2. ESTRUTURA ACIONISTA**

O capital social é de Cinquenta Milhões de Escudos, totalmente realizado, representado por 50.000 ações com o valor nominal de 1.000\$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

ENTIDADE	nº Ações	%
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares SA	17 850 000	35,70%
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde	7 650 000	15,30%
Polaris CIA-Companhia Nac. de Naveg.,SA	4 840 000	9,68%
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda	1 360 000	2,72%
Biniline-Soc. Unipessoal, Lda	2 420 000	4,84%
Oceanmade Lda	2 420 000	4,84%
UTM União de Transportes Marítimos, Lda	2 420 000	4,84%
Jô Santos & David, Lda	2 420 000	4,84%
José Eduardo Lopes Spencer	2 420 000	4,84%
José Augusto Gomes Lima	2 420 000	4,84%
Adriano António Lima	2 420 000	4,84%
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda	1 360 000	2,72%
Total	50 000 000	100,00%


3. ENVOLVENTE EXTERNA

O desempenho económico em Cabo Verde tem sido muito positivo nos últimos anos e o crescimento robusto da economia, atingiu 5,5% em 2019 com a dívida pública a declinar, principalmente impulsionado pela forte atividade em serviços, nomeadamente o setor do turismo a representar 25% do PIB. Esta trajetória económica foi abruptamente interrompida em 2020 pela pandemia causada pela COVID 19 que provocou uma recessão global como não se vivia

desde a “Grande Depressão de 1929”, como referenciou o FMI.

Enquanto o Banco Mundial prevê que a economia global contraia 4,4% em 2020, o Produto Interno Bruto na Zona euro caiu 6,4%, com os países com economias mais dependentes do turismo, como Portugal ou Espanha, a sofrer contrações do PIB de 7,6% e 11%, respetivamente.

Em Cabo Verde, como no resto do mundo, a pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, principalmente o setor do turismo, um dos mais afetados e com maior impacto na economia, que assegura cerca de 10.000 postos de trabalho, onde se prevê uma redução de cerca de 70% no número de turistas, recuando para níveis de 2005 (cerca de 300 mil turistas) e estima-se perder cerca de 28.000 milhões de escudos de receitas em 2020.

Todos os movimentos por ar, terra ou mar desceram significativamente no país em 2020 devido à crise sanitária. Houve uma diminuição nos movimentos dos navios, das mercadorias, dos passageiros e de contentores, nos portos nacionais. De acordo com o INE, o número de navios movimentados decresceu 21%, o número de passageiros movimentados diminuiu 32%, a tonelagem de mercadorias movimentadas caiu 37% e o número de contentores de 20 pés (teus) movimentados diminuiu 21%, comparativamente ao ano de 2019.

A quebra do PIB prevista para 2020 em Cabo Verde regista uma quebra histórica com uma contração de 8,9% da economia nacional, consequência da pandemia e da crise sanitária que se iniciou em março, que colocou o mundo numa recessão profunda, devido à contração acentuada das exportações e do consumo, que penalizaram sobretudo setores como o turismo e o comércio.

O PIB nacional é especialmente afetado em função dos desempenhos negativos do alojamento e restauração, comércio, imobiliária, transportes e outros serviços e estima-se que se fixe, durante o ano 2020, aquém do 170 mil milhões de escudos.

Consequentemente, a dívida pública cabo-verdiana atingiu no final de 2020 os 255,5 mil milhões de escudos, equivalente a um rácio de 151% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado. Ainda em estimativa, a dívida pública cabo-verdiana subiu 5,4% no espaço de um ano, equivalente a mais 13,2 mil milhões de escudos, refletindo as consequências da crise económica e sanitária.

As estatísticas do comércio externo de Cabo Verde em 2020 revelam que as exportações cabo-verdianas (que não incluem o turismo) totalizaram 5,1 mil milhões de escudos e um recuo de 16% face a 2019. Com o mesmo sinal, as importações nacionais também recuaram, 11% face a 2019, para 69,7 mil milhões de escudos em 2020, enquanto as reexportações caíram 46,8%, para 15 mil milhões de escudos.

Este desempenho desagravou o défice da balança comercial de Cabo Verde, que caiu de 72,2 mil milhões de escudos em 2019 para 64,6 mil milhões de escudos em 2020 (-10,6%).

Com sinal contrário e apontando para a retoma do turismo, Cabo Verde fechou em 2020 um recorde de investimentos externos de 1,2 mil milhões de euros, num total de 27 projetos e que duplica ainda o recorde anterior, de 2017, quando foram captados 601 milhões de euros.



Em destaque, a assinatura da convenção de estabelecimento do "Little África Maio", que vai ser construído nos próximos três anos na ilha com o mesmo nome pelo grupo Internacional Holding Cabo Verde (IHCV). Trata-se do maior investimento turístico privado de sempre em Cabo Verde com um investimento estimado de 500 milhões de euros e gerando 4.000 empregos.

Embora as perspetivas de curto prazo permaneçam ainda incertas, o progresso na eficácia da vacinação e no combate à pandemia melhora a perspetiva de um caminho para sair da crise, projetando para 2021 um crescimento global de 5,5% e uma recuperação da procura externa em Cabo Verde com perspetivas de uma melhoria na balança corrente, queda do desemprego para taxas de 17,2%, uma inflação de 1,2% e um crescimento do PIB em torno de 4,5%.

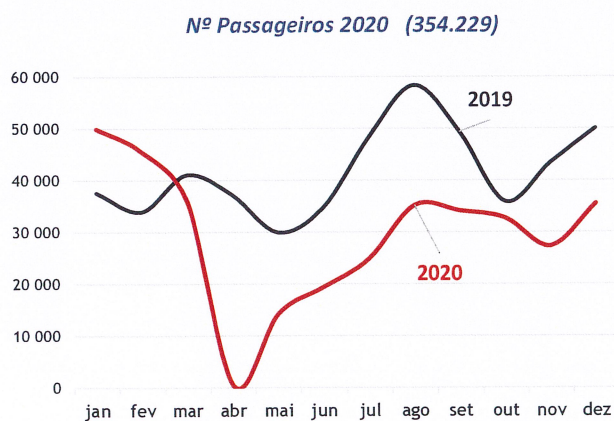
4. FACTOS RELEVANTES

Desde o arranque da operação a 15 de agosto de 2019 até ao início do confinamento em final de março de 2020, registou-se um aumento de 23% na quantidade de passageiros transportados relativamente ao período homólogo. O 1º trimestre de 2020 teve um comportamento e uma tendência de crescimento na mesma ordem de grandeza.

O 1º trimestre do ano ficou marcado por uma atividade pujante, alinhado com o ano anterior, no entanto os efeitos da pandemia fizeram-se sentir logo no início do 2º trimestre levando a uma interrupção abrupta da atividade com

efeitos particularmente intensos nos períodos de Estado de Calamidade e do Estado de Emergência e as consequentes restrições impostas à circulação de passageiros e viaturas.

No final do mês de março o efeito da pandemia começou a fazer-se sentir tendo sido decretado



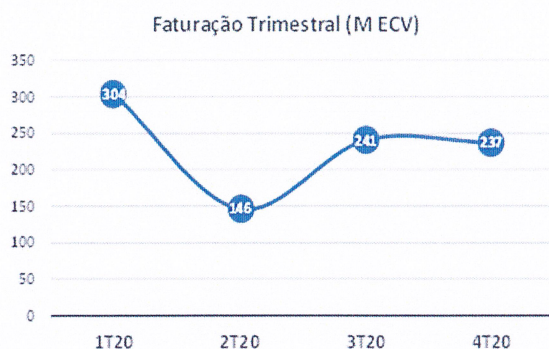
PRÉ PANDEMIA: 15 agosto 2019 a 22 março 2020

Ilha	ENAPOR - Homólogo 2018/2019	CVI 2019/2020	Dif.	%
Santo Antão	102 267	119 963	17 696	17%
São Vicente	105 290	130 147	24 857	24%
São Nicolau	4 890	8 215	3 325	68%
Sal	3 863	8 463	4 600	119%
Boavista	1 262	6 543	5 281	418%
Maio	11 133	12 673	1 540	14%
Santiago	27 367	34 223	6 856	25%
Fogo	14 361	15 224	863	6%
Brava	7 534	7 422	-112	-1%
Total	277 967	342 873	64 906	23%

o estado de emergência na última semana do mês e, com isso, a suspensão do transporte de passageiros que durou até 30 de maio.

A partir dessa data, restrições sanitárias impostas pelo governo limitaram a lotação dos navios a 50% da sua capacidade, restrição que durou até o início de setembro, data em que foi aumentada a lotação máxima dos navios

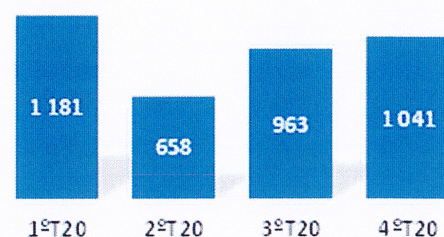
para 75% para viagens superiores a 3 horas, ficando as restantes ligações sem restrições, situação que se manteve até o encerramento do ano.



Esta crise sanitária impactou fortemente nos rendimentos da CV Interilhas que caíram 52% no 2º trimestre e 22% no 3º e 4º trimestres relativamente ao 1º trimestre do ano, resultando numa perda estimada de receitas comparativamente ao que podemos considerar um período normal na ordem dos 300 milhões de escudos no ano.

Comprovando o forte compromisso de caráter social assumido pela empresa em proporcionar às populações, mesmo em período de crise sanitária, a satisfação das suas necessidades em termos de abastecimento de produtos essenciais, quer de saúde, quer alimentares, a CV Interilhas manteve a mobilidade das populações e dos agentes económicos, ainda que com elevadas restrições e regras de prevenção contra o Covid-19, assegurando o transporte de mercadorias e garantindo evacuações.

Nº de Viagens 2020 (3.843)



Neste período do Estado de Emergência que decorreu entre final de março e final de maio, a CV Interilhas movimentou mais de 9200 toneladas de carga e 750 passageiros (com autorizações do Ministério da Administração Interna), entre os quais 60 evacuações a pedido da proteção civil.

No 3º trimestre iniciou-se uma recuperação gradual, mais rápida nas mercadorias do que nos passageiros, à medida que as restrições foram sendo aliviadas, encerrando-se o 4º trimestre com o nível de atividade já próximos de 80% do período pré-covid.

Nº Passageiros 2020

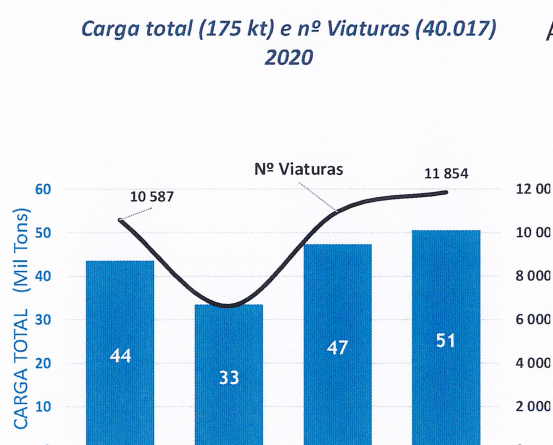
ORIGEM	CVI 2020	ENAPOR 2019	DIF.	%
S.Antão	123 774	172 498	-48 724	-28%
S.Vicente	138 530	185 285	-46 755	-25%
S.Nicolau	8 493	10 361	-1 868	-18%
Sal	13 296	9 616	3 680	38%
Boavista	9 587	6 706	2 881	43%
Maio	10 473	20 736	-10 263	-49%
Santiago	30 501	53 673	-23 172	-43%
Fogo	12 919	26 513	-13 594	-51%
Brava	6 656	14 187	-7 531	-53%
TOTAL	354 229	499 575	-145 346	-29%

Em resposta à pandemia foram ainda aprovadas pelo Governo um conjunto de medidas excecionais e temporárias de apoio social e de apoio às empresas, como por exemplo, subsídios, isenções de pagamento à segurança social, regime de lay off e moratórias, entre outras. A CV Interilhas recorreu a alguns destes benefícios, nomeadamente o regime de lay off e isenção de pagamentos à segurança social e regime de teletrabalho.

A operação continuou a pautar-se pela ligação de todas as ilhas do arquipélago com regularidade, previsibilidade e segurança, cumprido de forma geral os horários, ressaltando-se que a maior parte dos atrasos foram devidos a razões alheias à CV Interilhas.

Durante 2020 foram transportados 354.229 passageiros e 174.978 toneladas de carga, incluindo 40.017 viaturas em 3.843 viagens, atingindo-se uma taxa de realização de 92 % relativamente aos números de viagens contratuais não obstante o carácter atípico do ano deste exercício.

Enquanto no 1º trimestre se registaram níveis alinhados com o 4º trimestre de 2019, já o 2º trimestre teve uma quebra relativamente ao trimestre anterior de 74% nos passageiros e 37% nas viaturas em resultado das restrições sanitárias. Contudo, o transporte de carga manteve sempre uma tendência de crescimento.



A recuperação das quantidades de passageiros, viaturas e carga transportada foi notória à medida que as restrições das medidas sanitárias de combate à pandemia foram sendo levantadas, atingindo-se níveis pré-covid já no 3º trimestre, o mesmo não sucedendo com os passageiros que mantiveram níveis de procura muito baixos até o final do exercício.

Dando cumprimento ao estipulado no contrato de concessão e ao plano de substituição dos navios da frota, a CV Interilhas assinou, em janeiro de 2020, o contrato de afretamento do navio ropax Chiquinho BL, construído em 2019, com capacidade para 430 passageiros e velocidade de 15 nós, melhorando substancialmente a eficiência do transporte e o nível de serviço na principal ligação marítima do arquipélago, confirmado pelo índice de satisfação dos utentes a rondar os 85%, conforme revelado pelo inquérito realizado no 3º trimestre.

Coincidente com o início da exploração comercial do Chiquinho BL o contrato em regime de time charter do HSC San Gwan, terminou em 30 de março, navio afretado em outubro de 2019 para responder rapidamente às imobilizações simultâneas por docagem do Praia D'Aguada e por avaria do Kriola no ano anterior.

Em agosto o navio Kriola sofreu um sinistro no veio propulsor de BB que resultou na imobilização em estaleiro da embarcação nos restantes 125 dias do ano.

Participou-se ainda à seguradora outro sinistro ocorrido no final de dezembro com o navio Sotavento, depois deste ter sofrido uma grave avaria na máquina principal.

Não considerando os 47 dias que o Sotavento esteve em off hire devido à pandemia, a frota realizou um nível de operacionalidade de 84%, com o Kriola e o Liberdade a apresentarem a

menor disponibilidade operacional com 75% e 48% do tempo, respetivamente, e o Chiquinho com uma performance com 100%, estando a todo o tempo totalmente operacional.

Para dar suporte ao crescimento do movimento de mercadorias, alugou-se ainda um espaço de armazenagem na cidade do Mindelo para consolidação e desconsolidação de pequenas cargas.

Desenvolveu-se e deu-se início à implementação de um sistema automático de check-in (smart boarding), começado pelos Portos da Praia e S Vicente para se estender posteriormente às restantes ilhas e integrar com os sistemas de informação das autoridades portuárias.

Durante o ano abriram-se mais 2 agências, totalizando 42 em todo o arquipélago, destacando-se o posto de venda da CVI no Plateau, na Cidade da Praia, dotado de um sistema automático de senhas e ainda os serviços de call center, que registaram um atendimento médio mensal superior a 55.000 chamadas (e incluindo avisos aos passageiros por SMS), que muito contribuíram para a eficiência do serviço prestado aos passageiros.

A CV Interilhas estabeleceu ainda uma parceria com as Associações de Viagens e Turismo de Cabo Verde com o objetivo de promover o turismo interno e estimular a economia e noutra ação de responsabilidade social assinou protocolos com os 3 municípios de Santo Antão para atribuição de passes sociais a pessoas carenciadas, contribuindo para a uma maior Inclusão social e redução de pobreza na sociedade cabo-verdiana.

5. DESEMPENHO EMPRESARIAL

a. Análise dos resultados

A Crise Global de Saúde Pública, que levou à declaração do Estado de Emergência e a tomada de medidas restritivas relativamente ao transporte de passageiros, impactou negativamente a atividade da concessão no ano 2020.

Do lado dos rendimentos, registamos uma inversão da tendência de crescimento verificado nos primeiros 7 meses e meio de operação da concessão, resultando numa perda de receitas, prestação de serviços a passageiro e carga, aproximadamente de 300 milhões de escudos.

Do lado dos gastos, mantiveram nos níveis de uma operação normal, na medida em que, para garantir o abastecimento das ilhas, foi necessária manter o número de viagens próximo da obrigação contratual.

Para mitigar os impactos e manter a concessão numa situação de equilíbrio económico e financeiro, registou-se um aumento da indemnização compensatória derivada da obrigação de serviço público.



b. Rendimentos operacionais

Em 2020, os rendimentos operacionais registaram o montante de mCVE 2 088 952, merecendo destaque as seguintes rubricas:

- Prestação de serviços no montante de mCVE 921 346, relacionados com as tarifas cobradas no transporte de passageiros e carga;
- Subsídio à exploração no valor de mCVE 1 058 892, correspondente à estimativa de indemnização compensatória que, no quadro do contrato de concessão, a sociedade tem direito pela obrigação de prestação de serviço público, destinada a cobrir o deficit de exploração do serviço público;
- Remuneração da concessionária no montante de mCVE 92 768 a ser atribuída pela concedente pelas obrigações de serviço público impostas à concessionaria.

Rubricas	2020	2019	Peso
Vendas	6 269	647	0,3%
Serviços Prestados	921 346	452 769	44%
Subsídios à exploração	1 058 892	252 062	51%
Remuneração da Concessionária	92 768	45 342	4%
Outros rendimentos Operacionais	9 678	0	0,5%
Total	2 088 952	750 820	100%

c. Gastos operacionais

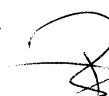
Os gastos em afretamentos, combustíveis, conservação e reparação, pessoal e despesas portuárias, representam 84% do total de custos operacionais, que cifraram em mCVE 1 997 386.

Rubricas	2020	2019	Peso
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	251 490	129 862	13%
Fornecimentos e serviços externos	1 367 068	471 605	68%
Gastos com o pessoal	329 272	89 557	16%
Outros gastos e perdas	3 453	1 127	0%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	3 037	784	0%
Juros e gastos similares suportados	43 067	12 544	2%
Total	1 997 386	705 479	100%

Os gastos com matérias primas, subsidiária e consumo no valor de m Esc 251 490, representam, na sua totalidade, os gastos de aquisição de combustíveis para os navios.

No que se refere aos gastos com fornecimentos e serviços externos, o valor cifrou-se em mCVE 1 367 068, com destaque para as seguintes rubricas:

- Os gastos de afretamento dos 6 navios atualmente afetos à concessão e 3 meses do afretamento do San gwann, no montante total de mCVE 524 106.



- Os gastos de conservação e reparação dos navios da frota, no valor de mCVE 192 739
- As despesas portuárias, relacionadas maioritariamente com serviços prestados à Carga e aos Navio pela ENAPOR, no montante de mCVE 337 223.

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de mCVE 329 272, representam os gastos com salários, segurança social, seguros e outros, de uma média mensal de 165 colaboradores.

d. Resultado operacional

A sociedade registou um resultado operacional positivo de mCVE 134 633, consequência do reconhecimento da indemnização compensatória e da remuneração da concessionária para 2020 no valor total de mCVE 1 151 659.

e. Resultado líquido

O Resultado Líquido do exercício é positivo no valor de mCVE 71.811, considerando os efeitos dos gastos financeiros no montante de mCVE 43 067 e do imposto sobre o rendimento no valor de mCVE 20 896

f. Situação financeira

No final de 2020 a posição patrimonial da sociedade apresenta-se como se segue:

Rubricas	2020	2019
Ativo não corrente	62 436	63 641
Ativo corrente	1 295 576	584 283
Total do ativo	1 358 012	647 923
Capital Próprio	124 311	84 961
Passivo corrente	1 233 702	562 962
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 358 013	647 923

g. Operações com partes relacionadas e remunerações dos órgãos sociais e auditores

Os principais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se evidenciados na Nota 24 do Anexo às demonstrações financeiras.

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais e auditores externos sumarizam-se como segue:

Conselho de Administração	mCVE 9 318
Órgão de Fiscalização	mCVE 600
Auditor externo	mCVE 1 450

h. Indicadores de desempenho

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS 2020

Rubricas	2020	2019
RESULTADOS		
Volume do Negocios	927 615	453 416
EBITDA	137 670	58 669
Resultados Operacionais	134 633	57 885
Resultado Antes de Impostos	92 707	45 342
Resultados Líquidos	71 811	34 961
INDICADORES DE RENDIBILIDADE		
ROA	5,3%	5,4%
ROS	7,7%	7,7%
EBITDA MARGIN	14,8%	12,9%
EBIT MARGIN	14,5%	12,8%
INDICADORES DE LIQUIDEZ		
Liquidez Geral	1,05	1,04
Liquidez reduzida	1,04	1,02
liquidez imediata	0,16	0,24
INDICADORES DE SOLVABILIDADE		
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	81%	75%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	0,09	0,13
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	0,10	0,15
Cobertura dos encargos financeiros	3,20	4,68
OUTROS INDICADORES		
Compensação média anual por passageiro (ECV)	3 251	1 367
Numero de passageiros transportados	354 229	217 604

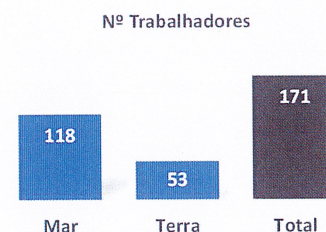
i. Organização e Recursos Humanos

Caracterização

A CV Interilhas tem uma estrutura organizativa constituída por uma Administração e por várias Direções, nomeadamente, Comercial, Operações e Logística, Recursos Humanos, Financeira e Administrativa, Técnica e ainda pelas áreas de suporte de Sistemas de Informação e de Marketing e Comunicação, sendo todas elas apoiadas pela estrutura corporativa do grupo do acionista maioritário.

Contratação

No ano do exercício foram contratados 31 trabalhadores, sendo 17 tripulantes e 14 profissionais



de terra, todos de nacionalidade Cabo-Verdiana. No âmbito do conjunto de medidas excecionais e temporárias de apoio social e de apoio às empresas aprovado pelo governo, foram colocados ainda em regime de “lay-off” 27 trabalhadores durante o período de Estado de Emergência.

Movimentação

Ao longo deste exercício, tivemos 38 colaboradores que deixaram de fazer parte da lista de pagamentos, 6 por rescisão do contrato por parte do trabalhador e 32 por parte da entidade empregadora, 4 dos quais por processo disciplinar.

Movimentação de Pessoal

	Mar	Terra	Total
Entradas	43	17	60
Saídas	-33	-3	-36
Total	10	14	24

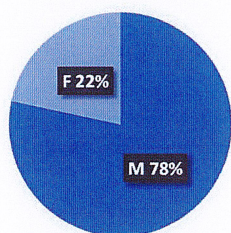
Formação e desenvolvimento de pessoas

Sendo a formação profissional um dos vetores prioritários de atuação da empresa, identificaram-se as carências formativas mais prementes e orientamos a ação para o pessoal de mar em especial, tendo em atenção a certificação STCW. Contudo, devido ao encerramento da Universidade Técnica do Atlântico por causa da pandemia, transferimos para o ano seguinte as formações planeadas, dando-se 7 ações de formação em 2020.

Idade e Género

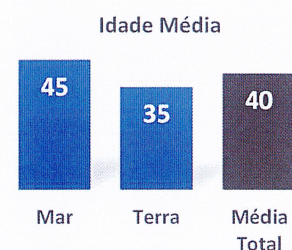
A idade média dos trabalhadores é de 40 anos, sendo que a idade média do pessoal do mar com 45 anos é 10 anos superior à do pessoal que trabalha em terra.

22% dos trabalhadores são mulheres, sendo essa percentagem



consideravelmente mais alta entre os trabalhadores de terra, com mais 40% do que no caso de

tripulantes em que apenas 14% são mulheres, verificando-se ultimamente mais contratação de mulheres nas tripulações, embora essa tendência tenda a subir.



Diversidade e clima no ambiente de trabalho

A empresa, em 2020, implementou um Código de Ética, que visa orientar a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, independentemente do seu papel na organização, bem como regular o relacionamento entre colegas, acionistas, clientes, fornecedores e representantes das comunidades com as quais a CVI interage.

A CVI tem trabalhado num clima Organizacional multicultural, não só pela diversidade de nacionalidades presentes, mas também na existência de trabalhadores de todas as ilhas de Cabo Verde. Esta característica tem aportado um maior valor às equipas.

A equipa demonstra estar motivada e dedicada no desempenho das suas funções, refletindo esse fator na assiduidade e pontualidade dos trabalhadores, registando-se no ano apenas 3 faltas justificadas e 5 faltas não justificadas e no resultado do inquérito de Clima Organizacional com uma participação elevada com 64% dos trabalhadores a considerarem bom o ambiente de trabalho na empresa.

6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o encerramento do exercício e como é do conhecimento generalizado, agravou-se a situação pandémica o que levou ao confinamento das populações em diversos países, incluindo Cabo Verde, e à conseqüente redução significativa da atividade em diversos sectores da economia. O Conselho de Administração entende que, dada a natureza da atividade principal da empresa e a exemplo do que se passou na primeira e segunda vaga da pandemia, embora os reais efeitos ainda sejam incertos não impactarão significativamente a empresa e não afetarão a continuidade das operações. O Conselho de Administração continua a considerar adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez da empresa no prazo mínimo de um ano.

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL/ PERSPETIVAS PARA 2021

Os recentes programas de vacinação contra a Covid-19 geraram esperanças de uma reviravolta na pandemia em 2021. Apesar de ainda permanecer algum grau de incerteza no curto prazo, abrem-se boas perspectivas de recuperação da atividade económica. Cabo Verde deverá retomar gradualmente os níveis de crescimento, perspetivando-se para 2021 um aumento do PIB de 4,5%, a melhoria da balança corrente e a redução do desemprego.

Perspetiva-se assim uma melhoria do resultado operacional devido ao aumento dos volumes transportados entre ilhas e uma melhor eficiência na gestão dos custos de estrutura com a substituição de dois navios em regime de afretamento pela aquisição de um navio de maior capacidade.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dando cumprimento ao estipulado pelo contrato de concessão e ao plano de substituição dos navios da frota, a empresa devolveu o navio Sotavento em fevereiro de 2021 e denunciou o contrato de afretamento do navio Liberdade para ser devolvido a 31 de maio de 2021. Ambos os navios serão substituídos por um ropax de 670 DWT e 68 metros, com capacidade para mais de 200 passageiros e 43 viaturas ligeiras ou 11 atrelados de 40 pés, o qual se encontra em processo



de financiamento, contribuindo assim para uma maior eficiência económica e operacional.

A renegociação de concessão do serviço público de transporte interilhas de passageiros e carga, anunciada pelo governo para 2021, entretanto já iniciada, faz parte de um processo contínuo de melhoria que tem por base a experiência entretanto adquirida e visa atender com maior eficiência as necessidades coletivas e melhorar a qualidade do serviço público.

Não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da CV Interilhas manifesta o seu reconhecimento às autoridades marítimas, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, ao Instituto Marítimo Portuário e a Polícia Marítima, pela colaboração e apoio prestado.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos acionistas, aos trabalhadores de terra e do mar, bem como a todos os que tornaram possível a realização do deste projeto.

A CV Interilhas agradece, ainda, ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrado neste importante momento da sua existência.


10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2020, a CV Interilhas gerou Resultados Líquidos de 71.810.959\$00 (Setenta e um milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e cinquenta e nove). Em cumprimento dos artigos 72º, 252º e 254º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em vista os investimentos na renovação da frota e reforçar a capacidade de autofinanciamento da sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral dos Acionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos:

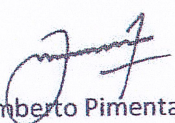
Rubricas	Valor	%
Reservas Legais	3 590 548	5%
Reservas Livres	68 220 411	95%
Dividendos	0	0%
Total	71 810 959	100%

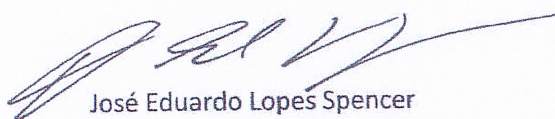
Praia, 31 de março de 2021

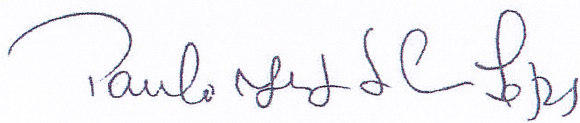
O conselho de Administração


Gonçalo Müller Sousa Andrade Delgado

Emanuel Gomes Miranda Gonçalves


Jorge Humberto Pimenta Maurcio


José Eduardo Lopes Spencer


Paulo Jorge da Silva Lopes



CV INTERILHAS

Demonstrações Financeiras

Exercício Económico de 2020

Cidade da Praia, 31 de março de 2021

Demonstrações Financeiras Exercício 2020

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.
 NIF: 279859805
 SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	Data de referência	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico		5 396	3 839
Equipamento de transporte	4	823	958
Equipamento administrativo		5 304	5 335
Outros ativos fixos tangíveis		-	3 508
Outros ativos financeiros	5	50 913	50 000
Total do ativo não corrente		62 436	63 641
Ativo corrente			
Inventários	6	10 348	7 429
Clientes	7	21 576	11 293
Estado e outros entes públicos	8	10 535	3 856
Outras contas a receber	9	1 034 694	416 027
Diferimentos	10	20 184	12 405
Caixa e depósitos bancários	11	198 240	133 272
Total do ativo corrente		1 295 576	584 283
Total do ativo		1 358 012	647 923
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	12	50 000	50 000
Reservas legais	13	2 500	-
Resultado líquido do período		71 811	34 961
Total do Capital Próprio		124 311	84 961
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	506 826	154 456
Adiantamentos de clientes		1 351	-
Estado e outros entes públicos	8	51 262	17 738
Acionistas/sócios	15	32 461	-
Financiamentos obtidos	16	513 893	260 235
Outras contas a pagar	17	119 961	130 532
Diferimentos	10	7 946	-
Total do Passivo		1 233 702	562 962
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 358 013	647 923

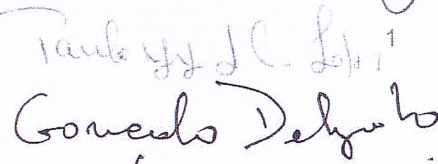
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O Contabilista Certificado

 NIF 259 646 156

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração


 Gonçalo Delgado

Demonstrações Financeiras Exercício 2020

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.
 NIF: 279859805
 SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 E 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2020	2019
Vendas e prestações de serviços	18	927 615	453 416
Subsídios à exploração	19	1 058 892	252 062
Gastos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(251 490)	(129 862)
Resultado operacional bruto		1 735 017	575 617
Fornecimentos e serviços externos	20	(1 367 068)	(471 805)
Valor acrescentado bruto		367 949	104 012
Gastos com o pessoal	21	(329 272)	(89 557)
Outros rendimentos e ganhos	22	102 445	45 342
Outros gastos e perdas		(3 453)	(1 127)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		137 670	58 669
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(3 037)	(784)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		134 633	57 885
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1 141	-
Juros e gastos similares suportados	23	(43 067)	(12 544)
Resultado antes de impostos		92 707	45 342
Imposto sobre o rendimento do período	8	(20 896)	(10 380)
Resultado líquido do período		71 811	34 961


Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		71 811	34 961
Resultado por ação básico (Escudos)		1 436	1 298

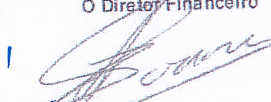
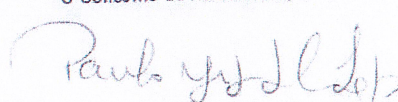
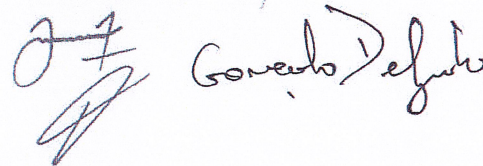
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração


 NIF 259 646 156

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.
 NIF: 279859805
 SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

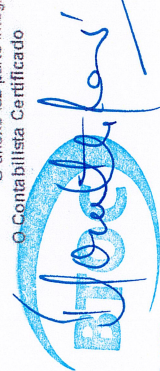
DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas Legais	Resultado líquido do período	Total
Posições no início do período (23 de maio de 2019 (data de constituição))	1	25 500	-	-	25 500
Alterações referentes a rendimentos e ganhos reconhecidos no período					
Resultado líquido do período	2			34 961	34 961
Operações com os detentores de capital no período					
Aumento de capital social	3	24 500			24 500
Posições no fim do período 2019	4=1+2+3	50 000	-	34 961	84 961

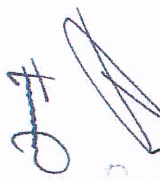
DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas Legais	Resultado líquido do período	Total
Posições no início do período 2020	1	50 000	-	34 961	84 961
Alterações referentes a rendimentos e ganhos reconhecidos no período					
Resultado líquido do período	2			71 811	71 811
Operações com os detentores de capital no período					
Distribuição de dividendos	3			(32 461)	(32 461)
Outras operações					
Aplicação dos Resultados do período anterior	4		2 500	(2 500)	
Posições no fim do período 2020	5=1+2+3+4	50 000	2 500	71 811	124 311

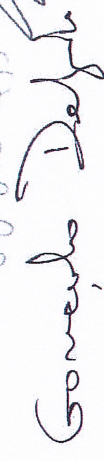
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração


 O Contabilista Certificado


 Paulo Gomes
 O Diretor Financeiro


 Gonçalo Dias
 O Conselho de Administração

NIF 259 646 156

Demonstrações Financeiras Exercício 2020

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.

NIF: 279859805

SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2020	2019
Método Direto			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		922 721	345 656
Pagamentos a fornecedores		(1 315 019)	(358 421)
Pagamentos ao pessoal		(238 405)	(71 575)
Caixa gerada pelas operações		(630 703)	(84 139)
Pagamento/ recebimento do Imposto sobre o rendimento		(8 946)	-
Outros recebimentos / pagamentos	3	502 209	(13 237)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(137 439)	(97 376)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5 143)	(15 807)
Outros ativos		-	(50 000)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	23	1 141	-
Dividendos		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(4 002)	(65 807)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		757 588	259 123
Realizações de capital		-	50 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(508 791)	-
Juros e gastos similares		(42 388)	(12 667)
Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento (3)		206 409	296 456
Variação da Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		64 968	133 272
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e depósitos bancários no início do período		133 272	-
Caixa e depósitos bancários no fim do período	3/11	198 240	133 272

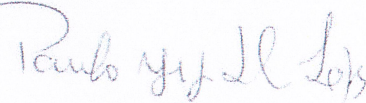

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020.

O Contabilista Certificado

 NIF 259 646 156

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração



 Gonçalo Delgado

ÍNDICE

0.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
1.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	7
3.	FLUXOS DE CAIXA.....	15
4.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	16
5.	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS.....	16
6.	INVENTÁRIOS E GASTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	17
7.	CLIENTES.....	17
8.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	17
9.	OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	19
10.	DIFERIMENTOS.....	19
11.	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	20
12.	CAPITAL REALIZADO.....	20
13.	RESERVAS LEGAIS.....	20
14.	FORNECEDORES.....	21
15.	ACIONISTAS/SÓCIOS.....	22
16.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	22
17.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	22
18.	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	23
19.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	23
20.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	23
21.	GASTO COM PESSOAL.....	24
22.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	24
23.	RESULTADOS FINANCEIROS.....	25
24.	RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO.....	25
25.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO.....	25
26.	PARTES RELACIONADAS.....	26
27.	RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO.....	27
28.	GARANTIAS.....	27
29.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	27
30.	IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19.....	27
31.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	28

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

0. NOTA INTRODUTÓRIA

Denominação Social: Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A. (“Empresa”)

NIF: 279859805

Sede: Edifício BAI Center, Chã D´areia, na Cidade da Praia

Atividade: Transportes Marítimos de passageiros e cargas

Início de atividade: 2019

O capital social da Empresa, totalmente realizado no montante de 50.000.000 CVE (Cinquenta milhões de escudos), é detido em 51% pelo agrupamento vencedor do concurso limitado por prévia qualificação para concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, sendo 35,7% pertencente à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares, S.A. e 15,3% à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares de Cabo Verde, S.A., e 49% detido por armadores nacionais Cabo-Verdianos, cumprindo assim o estipulado no nº 1 da cláusula 3ª do caderno de encargos, parte integrante do contrato de concessão.

A exploração da atividade da Empresa tem como principal objetivo o cumprimento do contrato de concessão assinado entre o Estado Cabo-verdiano e o agrupamento, cujas principais cláusulas são as seguintes:

Objeto: concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

Prazo: A concessão é atribuída por um prazo de 20 (vinte) anos, a contar de 15 de fevereiro de 2019.

Regime da Concessão: a concessão é estabelecida em regime de exclusividade, abrangendo apenas o serviço público, ficando o mercado aberto aos operadores que nela atuam. A concessionário obriga-se a suportar, por sua conta e risco, todos os encargos resultantes da exploração da concessão.

Princípios de atuação: a concessionária garante que a prestação do serviço público decorre na estrita observância dos princípios da universalidade, continuidade e regularidade, da igualdade, da adaptação às necessidades, da qualidade, eficiência e segurança.

Direitos da concessionária: explorar o serviço em regime de exclusividade; cobrar os serviços prestados de acordo com as tarifas aprovadas pela reguladora; receber pontualmente a eventual indemnização compensatória a ser paga pelo Estado pela prestação do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas.

Cláusulas Técnicas:

1. Prestar o serviço público em todo o território nacional, visando assegurar um serviço seguro, regular, eficiente e servir de forma unificada todo o mercado nacional de transporte marítimo de passageiros e carga;
2. Afetar à exploração uma frota de cinco navios, assegurando a permanência destes em boas condições de exploração, com as seguintes características:

- 2.1. Arvorar a bandeira cabo-verdiana;
 - 2.2. Estarem registadas no registo convencional de navios;
 - 2.3. Ropax (passageiros e carga);
 - 2.4. Velocidade não inferior a 15 nós;
 - 2.5. Idade igual ou inferior a 15 anos;
3. Possuir uma equipa com perfil e competências adequadas à exploração do serviço compreendido na concessão.

A Empresa iniciou a sua atividade operacional em 15 de agosto de 2019.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 31 de março de 2021.

Com o intuito de complementar a informação prestada, as demonstrações financeiras apresentam os valores comparativos do exercício anterior. Contudo, a análise comparativa dos valores deverá ser efetuada tendo em consideração o facto da Sociedade ter iniciado as operações em 15 de agosto de 2019, conforme atrás referido.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas usadas na elaboração das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para estes elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar

as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.2. Derrogação das disposições SNCRF

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, foram cumpridas todas disposições previstas no SNCRF.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da CV INTERILHAS – Transportes Marítimas, S.A., são apresentadas em milhares de escudos cabo-verdianos (mCVE). O escudo cabo-verdiano (CVE) é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Moeda	Conversão
1 EUR	110,265 CVE

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e gastos suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta (quotas constantes).

As principais taxas anuais aplicadas são:

Classe de ativos fixos tangíveis	%
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo	33,33%

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre (a) o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e (b) a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que o mesmo ocorre, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” incluídas na demonstração dos resultados por naturezas.

As vidas úteis e método de depreciação são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração dos resultados por naturezas prospetivamente.

2.5. Ativo fixo tangível em regime de locação

Os ativos fixos tangíveis utilizados em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. As rendas mensais são registadas na demonstração dos resultados durante o período da locação.

De realçar, contudo, que para atender ao início de operações, em seis meses após a assinatura do contrato de concessão, a Empresa contratualizou o afretamento de cinco navios com as seguintes características:

Navio	Fretador	Ano de construção	Velocidade	Tipo Contrato
LIBERDADI	Cabo Verde Fast ferry, S.A	2010	20 nós	Afretamento em casco nu
KRIOLA	Cabo Verde Fast ferry, S.A	2010	20 nós	Afretamento em casco nu
PRAIA D' AGUADA	Cabo Verde Fast ferry, S.A	1999	12 nós	Afretamento em casco nu
INTERILHAS	Polaris CIA, S.A	1970	10 nós	Afretamento em casco nu
SOTAVENTO	Polaris CIA, S.A	1987	10 nós	Afretamento em casco nu

Atendendo que as características dos navios afretados não atendem às cláusulas técnicas do contrato de concessão, nomeadamente em termos de idade, velocidade e capacidade, de acordo com o mesmo contrato, a Empresa terá de proceder à substituição da sua frota no curto prazo.

Adicionalmente, a Empresa assinou em janeiro de 2020, o contrato de afretamento do navio CHIQUINHO, construído em 2019, com capacidade para 430 passageiros e velocidade de 15 nós. O navio iniciou as suas operações no dia 6 de abril de 2020, após o necessário período de testes e certificação.

Navio	Fretador	Ano de construção	Velocidade	Tipo Contrato
CHIQUINHO BL	Sofrena, S.A.	2019	15 nós	Afretamento em casco nu

De acordo com os contratos de afretamento acima referenciados, os mesmos podem ser denunciados, por escrito, pelo Afretador, com a antecedência mínima que varia entre 90 a 180 dias, sem originar para o afretador qualquer ónus ou direito superveniente ao ato da denúncia.

Assim, atendendo à prevalência da substância sobre a forma, os contratos acima mencionados classificam-se como locações operacionais uma vez que não cumprem os seguintes critérios que qualificam as locações financeiras:

(a) a locação transfere a propriedade do ativo para o locatário no fim do prazo da locação;

(b) o locatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível tal que, no início da locação, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;

(c) o prazo da locação abrange a maior parte da vida económica do ativo ainda que o título de propriedade não seja transferido;

(d) no início da locação o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos, substancialmente, todo o justo valor do ativo locado; e

(e) os ativos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem que sejam feitas grandes modificações.

2.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

2.7. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição (o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de despesas adicionais e compra) e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra, custos de transporte e outros custos diretamente relacionados, quando não incluídos no próprio preço de compra. Os inventários referem-se, essencialmente, ao gasóleo existente nos depósitos dos navios (ver Nota 6).

O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

2.8. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado sempre que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a. Contas a receber de clientes e outros devedores

Os saldos de clientes e outros devedores são registados inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

c. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d. Financiamentos bancários

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

(i) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.9. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital social não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

2.10. Reconhecimento do rédito

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é registado como proveito do exercício com referência à data em que o serviço é efetivamente prestado.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efetuadas.

A remuneração da concessionária (Cabo Verde Interilhas) a ser atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária, correspondente a 10% das Vendas e Prestação de Serviços (nos termos do número 2 da cláusula 23^a do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira – EVEF), é reconhecida numa base anual na demonstração de resultados por natureza, na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Ver nota 22).

2.11. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração, compreendendo à estimativa de indemnização compensatória com o objetivo de compensar a Empresa pelos défices de exploração do serviço público, no âmbito do contrato de concessão, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que estes défices são gerados.

2.12. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

(i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Empresa sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “swaps” de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites de crédito para os clientes e dado as vendas serem efetuadas a pronto pagamento, na sua maioria, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A Empresa apresenta fundo de maneo positivo na ordem dos 40.000 mCVE. Espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que o risco de liquidez é reduzido. Entretanto, a Empresa recorre a financiamento bancário para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

2.13. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) e impostos diferidos

O Código do IRPC estipula que o rendimento tributável das pessoas coletivas é determinado com base no resultado do exercício antes de imposto, sem dispensa de ajustados dos custos e proveitos não aceites fiscalmente. A taxa de IRPC é de 22% ao qual acresce 0,44% (2% da taxa de IRPC) relativo à taxa de incêndio.

O mesmo código estipula taxas de tributação autónoma, sobre determinadas despesas, independentemente de a Empresa apresentar resultado positivo ou não.

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde ao somatório dos impostos correntes com os impostos diferidos do período. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos e suscetíveis de dedução, não podendo a dedução em cada exercício ser superior a 50% do lucro tributável apurado.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos.

Os impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos correspondentes ativos e passivos e a respetiva base fiscal. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor (formalmente emitidas na data de relato) ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

2.14. Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa (a) tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (b) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (c) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.15. Especialização de exercício

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de “Outras contas a pagar” e “Outras contas a receber”.

2.16. Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a

Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

2.17. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação de políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e julgamentos, utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Imparidade de contas a receber;
- c) Subsídio à exploração – Indemnização compensatória;
- d) Acréscimos de gastos.

A Empresa considera que os julgamentos efetuados são apropriados e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a sua posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a doze meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O saldo da rubrica “Outros recebimentos/pagamentos operacionais” da Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2020 inclui, essencialmente, o montante de (i) 505.004 mCVE relativo a recebimento da compensação indemnizatória (ver notas 9 e 19) e (ii) 31.329 mCVE relativo ao pagamento de providência social.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios de 2020 e 2019 decompõem-se como segue:

Quantia bruta escriturada	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Aquisições	3 946	1 050	5 919	3 508	14 424
Saldo em 31/12/2019	3 946	1 050	5 919	3 508	14 424
Aquisições	2 191	250	2 081	-	4 522
Transferências/Regularizações	-	(94)	-	(3 508)	(3 602)
Saldo em 31/12/2020	6 137	1 207	8 001	-	15 345

Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Gasto com depreciações do período	107	92	584	-	784
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	107	92	584	-	784
Gasto com depreciações do período	634	291	2 112	-	3 037
Saldo em 31/12/2020	741	384	2 696	-	3 821
Valor líquido em 31/12/2019	3 839	958	5 335	3 508	13 641
Valor líquido em 31/12/2020	5 396	823	5 304	-	11 524

Em 2020, as adições compreendem (i) em Equipamento Básico, 10 balsas (1.658 mCVE) e equipamentos vários (533 mCVE); (ii) em Equipamento de transporte, a aquisição de uma viatura e (iii) em Equipamento Administrativo, a aquisição de equipamentos informáticos e de escritório.

O montante de 3.508 mCVE que a 31 de dezembro de 2019 estava registado em ativos fixos tangíveis em curso, foi reclassificado para fornecimentos e serviços externos no decorrer de 2020 uma vez que respeitam a reparações que foram executadas sobre propriedade de terceiros, arrendada pelo prazo de um ano.

Em 2019, as adições compreendiam essencialmente (i) em Equipamento Básico, equipamentos para o armazém de tratamento de carga no porto da Praia (1.595 mCVE) e a construção de rampas metálicas para o navio San Gwan (1.648 mCVE); as quais são propriedade da Empresa e poderão ser usadas em outros navios; (ii) em Equipamento de transporte, a aquisição de duas viaturas para consolidação e transporte de carga e bagagem dos passageiros, (iii) em Equipamento Administrativo, a aquisição de equipamentos informáticos e de escritório e (iv) em Outros ativos fixos tangíveis em curso, trabalhos complementares aos trabalhos de remodelação e adaptação do armazém de tratamento de carga no porto da Praia.

5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica compreende o saldo do depósito a prazo no montante de 50.913 mCVE, constituído penhor a favor da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), pelo prazo de 20 (vinte) anos, em garantia de todas as responsabilidades emergentes do contrato de garantia bancária emitida pela CECV a favor do Estado de Cabo Verde, no montante de 77.884 mCVE, destinado a garantir a boa execução do Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

6. INVENTÁRIOS E GASTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo da rubrica de Inventários, no valor de 10.348 mCVE (2019: 7.429 mCVE), inclui (i) o gasóleo existente nos depósitos dos navios e (ii) as peças e componentes para a frota operacional, ainda não consumidas na data do balanço.

O saldo da rubrica de Gastos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas decompõe-se como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2020	2019
Saldo inicial de inventários	7 429	-
Compras	254 408	137 291
Saldo final de inventários	10 348	7 429
Gastos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	251 490	129 862

7. CLIENTES

A rubrica de Clientes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada como segue:

	2020	2019
ETE LOGISTICA	6 754	4 246
CV TRANSIT E AGENC. DE NAVIOS LDA	6 908	1 088
NAVEX - Cabo Verde	4 726	-
UPRANIMAL	630	475
Tecnicil Industria	321	774
MOAVE	17	1 705
CV TRANSIT CARGAS	-	446
Outros (inferior a 300 mCVE)	2 219	2 559
	21 576	11 293

Não é considerado necessário, em 31 de dezembro de 2020, qualquer ajustamento para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

		2020	2019
Saldos Devedores			
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	(i)	8 281	3 678
Imposto sobre lucros	(ii)	2 026	-
Imposto sobre rendimentos - retenções na fonte		228	178
		10 535	3 856
Saldos Credores			
Imposto sobre lucros	(ii)	24 356	10 380
Contribuições para a Previdência Social	(iii)	20 131	4 566
Imposto sobre o rendimento de pessoas singular	(iii)	6 775	2 792
		51 262	17 738

(i) IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

Corresponde ao valor do IVA a recuperar do Estado.

(ii) Imposto sobre lucros

O saldo devedor desta rubrica compreende os pagamentos fracionados feitos por conta do imposto do período. Por sua vez, o saldo credor compreende (i) a estimativa do imposto do exercício, no montante de 20.896 m CVE (2019: 10.380 m CVE) e (ii) a parcela do imposto do exercício de 2019 ainda em dívida à data do balanço, no montante de 3.461 mCVE.

Os encargos dos exercícios de 2020 e 2019, evidenciados na Demonstração dos resultados, foram calculados como segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	92 707	45 342
Outros gastos / (proveitos não tributados) não aceites	2 256	696
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	94 963	46 037
Taxa nominal agregada de imposto sobre o rendimento	22%	22%
	<u>20 892</u>	<u>10 128</u>
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	24	50
Outros	(429)	-
	<u>(405)</u>	<u>50</u>
Taxa de Incêndio	<u>409</u>	<u>203</u>
Total de Imposto corrente (Nota 8)	I <u>20 896</u>	10 380
Total de Imposto diferido	II -	-
Total de Imposto sobre o rendimento do período	III = I + II <u>20 896</u>	10 380

(iii) Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares/Contribuições para a Previdência Social

O saldo compreende (i) contribuições da Sociedade para a previdência social e (ii) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal, no montante de 6.229 mCVE (2019: 2.725 mCVE) e de trabalhadores independentes, no montante de 545 mCVE (2019: 67 mCVE), liquidadas em janeiro do ano seguinte.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo de Outras contas a receber é como segue:

	2020	2019
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	944 105	297 765
Polar Lda.	58 294	37 105
Navex - Cabo Verde	10 996	20 861
Pessoal	32	2 088
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	0	49 114
Outros	21 267	9 093
	1 034 694	416 027

Os valores a receber da Polar Lda., Navex – cabo Verde e Cabo Verde Fast Ferry, SA. Na qualidade de agentes resultam da emissão de bilhetes de passagem e ordens de embarque, processados em nome da Empresa.

O saldo da rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimentos” compreende a estimativa da indemnização compensatória pela prestação de serviço público e a remuneração da concessionária, nos termos do contrato de concessão, no montante de 1.151.659 mCVE (2019: 297.765 mCVE) (ver Notas 19 e 22), deduzidos dos pagamentos efetuados pelo Estado, relativos aos exercícios de 2020 e 2019, nos montantes de 343.257 mCVE e 161.747 mCVE, respetivamente.

10. DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2020	2019
Ativos:		
Seguros	4 820	3 066
Dragagem	-	3
Outros gastos a reconhecer	15 363	9 335
	20 184	12 405
Passivos:		
Rendimentos a reconhecer	7 946	-
	7 946	-

O saldo devedor de 15.363 mCVE (2019: 9.334 mCVE) em Outros gastos a reconhecer diz respeito, essencialmente, (i) ao afretamento do Chiquinho, relativo ao mês de janeiro de 2021, pago em 2020 no valor de 13.604 mCVE e (ii) licença Ferycloud, no valor de 1.117 mCVE. Em 2019, o saldo incluía ainda 7.691 m CVE referentes ao afretamento do navio San Gwan do mês de janeiro 2020, pago em dezembro de 2019.

O saldo credor de 7.946 mCVE respeita a bilhetes emitidos em 2020 para viagens a realizar em 2021.

11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo desta rubrica de caixa e depósitos bancários é detalhado da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	2020	2019
Caixa	220	140
Depósitos bancários à ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	113 201	69 865
IIB-International Investment Bank	84 819	63 267
	198 240	133 272

12. CAPITAL REALIZADO

Os movimentos registados nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de alterações no capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Capital Social da Empresa, ascende a 50.000 mCVE, totalmente subscrito e realizado, composto por 50.000 ações nominativas de valor nominal de 1 milhar de escudos cada, detido pelas seguintes entidades:

Acionista	% detida	Capital detido
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares SA	36%	17 850
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verd	15%	7 650
Polaris CIA-Companhia Nac. de Naveg.,SA	10%	4 840
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda (*)	3%	1 360
Biniline-Soc. Unipessoal, Lda (*)	5%	2 420
Oceanmade Lda (*)	5%	2 420
UTM União de Transportes Marítimos, Lda (*)	5%	2 420
Jô Santos & David, Lda	5%	2 420
José Eduardo Lopes Spencer (*)	5%	2 420
José Augusto Gomes Lima (*)	5%	2 420
Adriano António Lima (*)	5%	2 420
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda (*)	3%	1 360
	100%	50 000

(*) As ações dos acionistas identificados foram realizadas com recurso financeiro do Estado de Cabo Verde, que detém, por isso, penhora sobre as mesmas.

13. RESERVAS LEGAIS

De acordo com a legislação vigente, a Reserva Legal é dotada com um mínimo de 5% do lucro líquido até atingir pelo menos 20% do capital social, não sendo livre para distribuição. Só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, (iii) para incorporação no capital estatutário.

Demonstrações Financeiras Exercício 2020

	2020	2019
Saldo inicial	-	-
Aplicação do resultado líquido do período anterior	2 500	-
Saldo final	2 500	-

O saldo em 31 de dezembro de 2020 advém da aplicação de resultados do exercício de 2019 no montante de 34.961 mCVE, conforme aprovação em Assembleia Geral de Acionistas decorrida no dia 28 de maio de 2020, da seguinte forma:

- 2.500 m CVE para Reservas Legais; e
- 32.461 m CVE para Dividendos.

14. FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

Fornecedores conta corrente:	2020	2019
Nacionais		
Cabo Verde Fast Ferry, S.A	221 473	61 450
Enapor Portos de Cabo Verde	53 471	18 198
Polar Agência Marítima de Navegação Lda	36 356	15 036
Navex - Cabo Verde	30 896	12 320
Polaris Cia, S.A	19 722	2 148
Transinsular Cabo Verde	8 812	1 802
ENACOL	8 488	-
VIVO ENERGY CABO VERDE SA	7 170	-
ETE Logística	993	1 375
Outros	17 599	2 280
	404 981	114 608
Internacionais		
S&C Gestão de Navios e Tripulação Lda	85 496	33 572
The West of England Insurance (Luxembourg), SA	2 443	1 941
Wide Travel - Viagens e Turismo, Lda	-	1 638
EDEA - Transport Technology	5 342	-
Orey Tecnica Servicos Navais, Lda	3 602	-
ETG - Transp. Gestão, S.A	655	1 386
Outros	4 306	1 312
	101 846	39 849
	506 826	154 456

Os saldos a pagar à Cabo Verde Fast Ferry são devidos pelo afretamento dos navios Kriola, Liberdade e Praia D'Agua e pelos serviços de agenciamento marítimo prestados nas ilhas do Fogo e da Brava.

A dívida a pagar à Enapor relaciona-se com os serviços portuários prestados à Empresa.

Os saldos a pagar à Polar e Navex, são devidos pelos serviços de agenciamento marítimo e pelos débitos das despesas pagas por conta e ordem da Empresa.

A dívida a pagar à S&C relaciona-se com abastecimentos de combustíveis, despesas de manutenção e reparação e serviços de gestão técnica dos navios.

15. ACIONISTAS/SÓCIOS

Na rubrica de Acionistas a 31 de dezembro de 2020 está incluído o valor de dividendos atribuídos, conforme deliberação da Assembleia geral de 28 de maio de 2020.

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo decompõe-se como segue:

	2 020	2 019
Caixa Económica de Cabo Verde	255 853	129 561
IIB-International Investment Bank	258 041	130 674
	<u>513 893</u>	<u>260 235</u>

Os saldos correspondem às parcelas utilizadas no quadro de um contrato de crédito assinado conjuntamente com a Caixa Económica de Cabo Verde e com o International Investment, Bank, S.A., até ao montante de 518.246 mCVE, para fazer face ao défice de funcionamento da atividade no quadro do contrato de concessão.

O empréstimo tem a duração de um ano, renovável e vence juros à taxa de 7%. Os adiantamentos efetuados ao longo de cada trimestre contratual serão reembolsados juntamente com os juros, na data de vencimento destes. Encontra-se garantido por aval do Estado de Cabo Verde.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Outras dívidas a pagar:	2 020	2 019
Credores por acréscimos de gastos		
Docagens	45 507	57 025
Enapor	10 474	3 279
Transinsular	22 639	22 639
Outros	12 329	44 532
Outros credores	3 667	2 079
Outras dívidas a pagar	25 345	978
	<u>119 961</u>	<u>130 532</u>

O valor de 45.507 mCVE diz respeito na sua maioria aos custos com docagem do Sotavento, Kriola, Praia D' Aguada e Interilhas.

Os restantes gastos, são custos normais da atividade cujas faturas serão emitidas pelos fornecedores já no decurso do exercício de 2021.

O valor em "Outras dívidas a pagar" diz respeito ao acréscimo de férias e às remunerações a liquidar aos colaboradores em 2021.

18. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No decorrer de 2020 foram transportados um total de 354.229 passageiros, 40.017 viaturas e 174.978 de toneladas de carga (2019: 217.604 passageiros, 16.321 viaturas e 9.473 de toneladas de carga).

	2020	2019
Vendas a bordo	6 269	647
Passageiros e carga	921 346	452 769
	927 615	453 416

19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde à estimativa da indemnização compensatória a ser atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas), nos termos do número 2 da cláusula 23^a do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato.

A compensação dos prejuízos é calculada com base nos resultados operacionais apurados em função das receitas obtidas na exploração do serviço concessionado e dos custos elegíveis, de acordo com a fórmula seguinte:

Resultados = Receitas de Exploração - Custos Elegíveis.

Assim, não havendo custos considerados não elegíveis, a indemnização compensatória corresponde ao resultado, negativo, do período antes de impostos, antes de considerar os registos do próprio subsídio e da remuneração da concessão.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

	2020	2019
Fornecimentos e Serviços Externos:		
AFRETAMENTOS (i)	524 106	162 337
DESPESAS COM CARGA E DESCARGA (ii)	266 771	51 723
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO (iii)	192 739	92 749
DESPESAS COM NAVIOS (iv)	70 452	17 770
RENDAS E ALUGUERES (v)	69 249	23 098
DESPESAS COM AGÊNCIAS (vi)	65 639	33 632
TRABALHOS ESPECIALIZADOS (vii)	52 755	46 188
SEGUROS	21 921	6 444
OLEOS E LUBRIFICANTES	14 370	3 698
TRANSPORTES	16 906	-
OUTROS NÃO DETALHADOS	72 162	33 967
	1 367 068	471 605

- i. Representa os gastos com o afretamento dos seis navios, afetos à concessão à data do balanço.
- ii. O saldo desta rubrica compreende essencialmente as taxas de tráfego e estiva de mercadorias e taxas de porto para cargas cobradas pela Enapor.

- iii. Referem-se, essencialmente, aos gastos de manutenção e conservação dos navios resultantes da docagem do Sotavento, Kriola, Praia D' Aguada e Interilhas.
- iv. Representam as taxas portuárias cobradas aos navios de cabotagem.
- v. Compreendem (a) rendas dos armazéns, das instalações administrativas e de habitação para alojamento de colaboradores e (b) alugueres de viaturas ligeiras para transporte de pessoal e carga e de viaturas pesadas e outros equipamentos de apoio ao armazém.
- vi. Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões pagas pelos serviços de agenciamento marítimo e as comissões de venda às agências de viagem pela venda de bilhetes.
- vii. O saldo desta rubrica está relacionado com os serviços de assistência técnica e operacional, assessoria jurídica, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação, e outras despesas necessárias às operações da Empresa.

21. GASTO COM PESSOAL

O saldo decompõe-se como segue:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	9 318	-
Remunerações do pessoal	162 924	48 686
Encargos sobre remunerações	31 329	11 066
Seguro de acidentes de trabalho	5 110	2 051
Outros gastos com o pessoal	120 590	27 754
	<u>329 272</u>	<u>89 557</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 165 e 142, respetivamente.

Os Outros gastos com pessoal compreendem essencialmente, (i) 56.105 mCVE (2019: 16.625 mCVE) relativos a subsídios pagos aos colaboradores que estão a trabalhar nas embarcações e, (ii) 21.218 mCVE (2019: 1668 mCVE) de subsídios de férias, entre outros.

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	2020	2019
Remuneração da Concessão	92 768	45 342
Indemnização de seguro	9 672	-
Outros	5	-
	<u>102 445</u>	<u>45 342</u>

A remuneração da concessão compreende o montante de mCVE 92.768 (45.342 mCVE em 2019) atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas, nos termos do número 2 da cláusula 23ª do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato.

A remuneração da concessionária corresponde a 10% das Vendas e Prestação de serviços.

23. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros decompõe-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos		
Relativo a Depósitos	1 141	-
	1 141	-
Juros e gastos similares suportados		
Relativo a Financiamentos obtidos	9 001	9 697
Juros Suportados	34 066	2 847
	43 067	12 544

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários (ver Nota 16).

24. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço, relacionam-se, essencialmente, com as rendas de locação operacional das embarcações no pressuposto que as locações vão para além do ano de 2022 com exceção do SOTAVENTO e LIBERDADI que vão ser entregues no decorrer de 2021. No caso do CHIQUINHO BL, que tem uma negociação anual, foi entendimento da administração que os períodos de renovação anual tivessem o máximo de 5 anos. Os montantes totais dos pagamentos mínimos futuros são os seguintes:

Navio	Valor diário	2 021	2 022	Superior a 2 anos
LIBERDADI	194	29 273	-	-
KRIOLA	194	70 760	70 760	70 760
PRAIA D' ADGUADA	138	50 538	50 538	-
INTERILHAS	180	65 700	65 700	-
SOTAVENTO	77	3 978	-	-
CHIQUINHO BL	439	160 182	160 182	320 364
		380 432	347 181	391 124

25. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa e equivalentes sejam reconhecidos ou pagos)

sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem (ver Nota 9, 10 e 17).

26. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam a seguinte composição:

	Partes relacionadas / Saldos em 31/12/2020	Ativo corrente		Passivo corrente	
		Nome	Cientes c/c (Nota 7)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
Acionista	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares S.A	-	-	22 639	-
	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	250	-	-	8 812
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda	4 726	10 996	-	30 896
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda	6 754	-	-	993
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda	100	-	-	85 496
	E.T.G.-Tansp.Gestao S.A.	-	-	-	655
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	-	1 328
	Empresa de Trafego e Estiva, SA	-	-	-	466
	ETE SGPS, SA	-	-	-	1 211
	Total	11 830	10 996	22 639	129 855

	Partes relacionadas / Saldos em 31/12/2019	Ativo corrente		Passivo corrente	
		Nome	Cientes c/c (Nota 7)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
Acionista	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares S.A	-	-	22 639	-
	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	-	-	-	1 802
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda	-	20 861	3 574	12 320
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda	4 246	-	211	1 375
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda	-	-	5 014	33 572
	E.T.G.-Tansp.Gestao S.A.	-	-	-	1 386
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	-	463
	Total	4 246	20 861	31 437	50 917

As principais transações com entidades relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentadas no quadro seguinte:

	Partes relacionadas / Ano 2020	Prestações de serviços	Compras de mercadorias	Fornecimentos e
				serviços externos e Outros gastos
Acionista	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares S.A	-	-	71
	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	29	-	9 388
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	274 591	-	105 262
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.	47 631	-	18 774
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda.	-	151 225	235 062
	E.T.G.-Tansp.Gestao S.A.	-	-	1 801
	Empresa de Trafego e Estiva, SA	-	-	466
	ETE SGPS, SA	-	-	3 045
	Sofrena	-	-	161 937
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	2 871
	Total	322 252	151 225	538 678

	Partes relacionadas / Ano 2019	Prestações de serviços	Compras de mercadorias	Fornecimentos e serviços externos e
	Nome			Outros gastos
Acionista	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares S.A	-	-	-
	Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	-	35	14 576
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	17 593	406	36 936
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.	-	-	1 352
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda.	-	99 171	33 858
	E. T. G. - Tansp. Gestao S.A.	-	-	1 386
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	463
	Total	17 593	99 612	88 569

27. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado atribuível ao acionista pelo número médio ponderado de ações, como segue:

	<u>2 020</u>	<u>2 019</u>
Resultado atribuível aos acionistas (mCVE)	71 811	34 961
Nº médio ponderado de ações	50 000	26 944
Resultado por ação básico (CVE)	<u>1 436</u>	<u>1 298</u>

28. GARANTIAS

Além das referidas na Nota 5, não existem outras garantias prestadas pela Empresa.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários do Revisor Oficial de Contas:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, os honorários com serviços de Revisão Legal de Contas, ascenderam a 1.450 mCVE (2019: 820 mCVE).

Remunerações Conselho de Administração:

Os administradores durante o ano de 2020 auferiram remuneração no montante de 9.318 mCVE (Nota 21).

Remuneração Órgão de Fiscalização:

O montante anual auferido pelos membros do Órgão de Fiscalização ascendeu a 600 mCVE (2019: 400 mCVE).

30. IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19

A crise sanitária provocada pela pandemia do Covid-19 impactou fortemente os rendimentos da CV Interilhas que caíram 52% no 2º trimestre e 22% no 3º e 4º trimestres relativamente ao 1º trimestre do ano, resultando numa perda estimada de receitas comparativamente ao que podemos considerar um período normal na ordem dos 300 milhões de escudos no ano.

Demonstrações Financeiras Exercício 2020

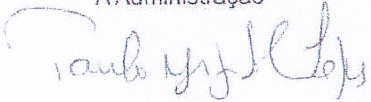
Em termos de atividade operacional, no 1º trimestre se registaram níveis alinhados com o 4º trimestre de 2019, já o 2º trimestre teve uma quebra relativamente ao trimestre anterior de 74% nos passageiros e 37% nas viaturas em resultado das restrições sanitárias.

No 3º trimestre iniciou-se uma recuperação gradual, mais rápida nas mercadorias do que nos passageiros, à medida que as restrições foram sendo aliviadas, encerrando-se o 4º trimestre com o nível de atividade já próximos de 80% do período pré-covid.

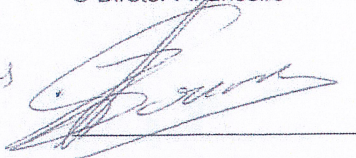
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data do Balanço e até à data da aprovação das Demonstrações Financeiras, não se verificou a ocorrência de acontecimentos que dessem lugar a ajustamentos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como não foram recebidas novas informações que justificassem divulgações adicionais específicas neste anexo.

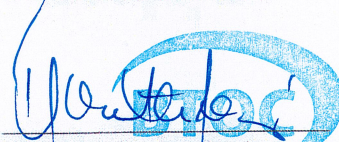
A Administração



O Diretor Financeiro



O Contabilista Certificado



Florentino Gomes Cardoso

Inscrito na OPAZ

Cédula Profissional nº 517

NIF 259 846 156





CV INTERILHAS

Relatório de Auditoria

Exercício Económico de 2020



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício BAI Center, Piso 2 Direito, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303, Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217
NIF: 282682902, Capital Social: CVE 1.500.000
Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Paul

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

23 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
– Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado



Parecer do Fiscal único

Exercício Económico de 2020

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2020 a actividade da **Cabo Verde Interilhas- Transportes Marítimos, SA**. examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório e Contas de 2020, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, lidos em conjunto, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório e Contas de 2020, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 23 de Abril de 2021

O FISCAL ÚNICO



JENNY PALMIRA OLIVEIRA VERA-CRUZ
Auditora Certificado (OPACC # 10)